

Boa parte da obra nardyana permanece praticamente desconhecida das novas gerações. Basta dizer, que o número de crônicas ou artigos publicados na imprensa ultrapassa a casa dos mil. O poder público ituano está anunciando a reedição para este ano do centenário dos volumes de Francisco Nardy Filho, acrescidos do 5º volume de “A Cidade de Itu” que o ituano Emérito deixou em manuscrito. Trata-se de uma iniciativa que, se concretizada, será digna dos maiores aplausos. Oportuno também seria o lançamento de uma coletânea das crônicas, a exemplo de Porto Feliz, que, através de uma empresa particular, está preparando uma série de artigos de F. Nardy Filho sobre a velha Ararituaba.

*

PERIPÉCIAS RELIGIOSAS

Tristão de Athayde

Desde que, há onze anos, pouco antes de falecer tão prematuramente, João Camilo de Oliveira Torres publicou sua obra capital sobre a **História das idéias religiosas no Brasil** (ed. Grijalbo), tem crescido, de ano para ano, o número dos que se vêm ocupando com o tema e suas criações, como João Alfredo Montenegro e sua **Evolução do Catolicismo no Brasil** (Vozes, 1972) ou **O pensamento católico no Brasil** (Zahar, 1975) de Antônio Carlos Vilaça e seu estudo sobre a Questão Religiosa. Neste próprio ano de 1979, mais dois volumes vêm enriquecer essa bibliografia, outrora tão escassa: **A Igreja e a Política no Brasil** (Lisboa, Sá da Costa) de Márcio Moreira Alves e **Igreja e Estado em tensão e crise**, de Tales de Azevedo (Ática). Ainda mais recentes os livros sobre Puebla de frei Beto e de Irineu Guimarães e o mais recente volume da obra teológica considerável de frei Leonardo Boff (**O rosto materno de Deus**, ed. Vozes). Sem falar de obras anteriores de Thomaz Bruneau, **O Catolicismo brasileiro em época de transição** (1974) e **Formação do Catolicismo brasileiro** (1974) de Eduardo Hornaert. É toda uma floração de obras do mesmo tipo, a que, de certo modo, podemos acrescentar o volume sobre o Irã (ed. Expressão e Cultura, 1979), em torno do problema da revolução iraniana de tipo teocrático. E a viagem de João Paulo II à Polônia é o grande acontecimento da hora.

Tudo isto mostra como está desatualizada a famosa sentença marxista de “religião, ópio do povo”. O fenômeno religioso, em todos os tempos e em toda parte, pode ser encarado como pensamento, como sentimento e como instrumento. A teologia, em suas variadas concepções, é o aspecto do pensamento especulativo e filosófico da religião. A fé, como sentimento, é a sua natureza afetiva e temperamental. Enquanto o seu aspecto instrumental é a religião como meio de ação.

Ao longo dos três estágios sociais de nossa evolução histórica, o fenômeno religioso no Brasil pode ser considerado sob cada uma dessas três faces. Durante o período colonial, predomina, de modo absoluto, o caráter instrumental da religião. Ela nos veio, nas caravelas portuguesas, de modo unitário e oficial. O Catolicismo foi um dos braços da política de “Fé e Império”, em nome da qual se fez a epopéia das navegações lusitanas, na palavra do maior poeta da língua. Ao contrário do Cristianismo norte-americano, que veio de baixo para cima, trazido pelos fiéis para as instituições, o nosso nos veio de cima para baixo, das instituições para os homens. De modo oficial e não espontâneo, embora vinculado a um catolicismo popular tradicional. A cristianização dos Estados Unidos, tanto protestante como católica, se processou como translação voluntária dos **quakers** e dos irlandeses, fugindo ao estamento da Igreja Anglicana ou à opressão protestante dos ingleses contra os irlandeses. Ao passo que, entre nós, foi o Estado que trouxe a Igreja. Não esta que faria o Estado, como aconteceu na América Inglesa. Nos séculos coloniais, no Brasil, se defrontaram uma religião dominante, ligada à Coroa em face de um povo, sentimentalmente católico ou de um animismo religioso da população autóctone e da imigração africana. A Igreja oficial é representada então pelo clero secular. Enquanto a Igreja missionária, com a função de converter a massa indígena ao Cristianismo, era encarnada nas ordens religiosas, especialmente na Companhia de Jesus, em plena euforia de sua recente fundação. Esse Cristianismo missionário também apresentava um aspecto instrumental como pedagogia da conquista e como fundador da nossa cultura, na base do humanismo clássico, de tipo renascentista. Quanto ao aspecto afetivo de nossas origens religiosas, nessas caravelas da conquista vinha não só o interesse da expansão política e econômica, mas um enraizado sentimento cristão tradicional, que viria a ser a base do que são, até hoje, as raízes mais profundas da nossa religiosidade popular. No plano do pensamento, entretanto, só uma figura se destacou durante esses séculos coloniais. Essa figura foi, como ninguém ignora, a personalidade genial do padre Antônio Vieira, que continua até hoje à espera de um biógrafo à altura de sua personalidade universal.

Durante o Império, aquela subordinação inicial da Igreja à Coroa se transformou numa luta pela independência da Igreja, em face do Padroado do Estado. Essa luta iria culminar na Questão Religiosa, que precipitou a queda do regime imperial e a futura separação dos dois poderes tradicionais pelo regime republicano. Enquanto os poderes civil e religioso se digladiavam, a unidade da fé se fragmentava pelo agnosticismo positivista, monista ou renaniano das elites e pelo animismo politeísta e sincretista das massas populares, em virtude particularmente da escravidão africana. Esse confronto entre o Catolicismo hereditário e sentimental das classes superiores e o animismo umbandista ou espírita das classes populares, junto à entrada do Protestantismo a partir de

1860, introduzem o pluralismo religioso em nossa sociedade. Quanto ao pensamento teológico, o século evolui da influência do “iluminismo” e das idéias democráticas do Seminário de Olinda, com seu reflexo em figuras político-religiosas como frei Caneca ou o padre Miguelinho (vítimas do reacionarismo oficial) ou então, do ecletismo romântico de frei Montalverne até a aurora das “grandes conversões” do fim do século, com Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Júlio César de Moraes Carneiro, o futuro padre Júlio Maria, ou Eduardo Prado. Essas conversões iam preparar a transição entre uma Igreja subordinada à Coroa ou em luta contra ela, para a Igreja independente e militante do século XX. Nesses primeiros decênios do nosso próprio século, essa dicotomia entre Religião e Política redundaria numa apatia religiosa das classes superiores em face dos problemas político-sociais, que foi denunciada na famosa Carta Pastoral de D. Sebastião Leme, em 1916, com a qual se abre uma nova fase do relacionamento ou da hostilidade entre os dois poderes, o político e o religioso.

Com o advento da Revolução de 30 mudaria mais uma vez o quadro. De um lado, crescia o sentimento religioso das massas, embora dominado por um forte sincretismo pluralístico. De outro, o triunfo inesperado da Revolução de 30 abria o laicismo pragmático do Estado Novo a uma concepção positivista do governo em face da Igreja, considerada como uma fato social realista, concepção esta tipicamente encarnada na figura de Getúlio Vargas. Enquanto outra figura carismática, ao lado do cardeal Leme, mobilizava as classes médias pela Ação Católica e particularmente pela Liga Eleitoral Católica, para uma participação, não partidária, na política, que o voto aberto às mulheres pela famosa lei Maurício Cardoso vinha permitir ao Catolicismo. Até então indiferente ou hostil ao exercício da política, iniciaria ele uma atuação inteiramente nova e participante. Para isso concorria um movimento intelectual concomitante, em que três personalidades se destacaram, cada uma a seu modo: Farias Brito, com seu bergsonismo espiritualista; Jackson de Figueiredo, com seu pascalianismo polêmico e sua visão política baseada em Joseph de Maistre; e Leonel Franca, com sua formação jesuítica universitária, suas polémicas antiprotestantes e acima de tudo, sua impressionante presença sobrenatural.

Com esse tríplice movimento institucional — a mobilização do laicato das classes médias pela Ação Católica; a promoção de um humanismo intelectual e literário inédito: e a fundação das Comunidades de Base entre as massas populares, guardiãs de uma afetividade fracionada, mas fervorosa — abriam-se novos horizontes que iriam recolocar a religião no centro dos acontecimentos mais dinâmicos de nossa História Pátria. Não mais como instrumento

político colonizador, tal como foi no início de nossa História, mas como elemento libertador ao mesmo tempo intelectual, afetivo e ativo na preparação da nacionalidade para as tarefas imperiosas do século XXI.

(Transcr. da “Folha de São Paulo.”)

*

HISTÓRIA DE UMA NOTA SÓ

Ernani Silva Bruno

No recente simpósio promovido pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História disse Odilon Nogueira de Matos que os pesquisadores brasileiros ficaram durante muito tempo presos a uma espécie de “monotemática”, em que os paulistas exageravam a importância das bandeiras, os pernambucanos só se preocupavam com a insurreição antinflamenga, os mineiros valorizavam apenas a Inconfidência, e assim por diante.

A observação parece procedente. Sem que se desconheça a importância, no quadro da evolução da civilização brasileira, de fenômenos ou fatos como a expansão bandeirante, a luta contra os holandeses ou o movimento libertador que teve como cenário a antiga Vila Rica, a verdade é que o excesso de preocupação com temas dessa natureza parece ter impedido que os pesquisadores brasileiros tentassem excursionar por outras áreas também fundamentais de nossa história.

Mas a essa preocupação com assuntos episódios, que seria uma deficiência da historiografia brasileira, poderia se acrescentar uma espécie de distorção ou desconversa que José Honório Rodrigues chama de historiografia biográfica: “A historiografia biográfica tem sido capitulacionista, porque sua imagem é a das classes dominantes, das personalidades dirigentes, nem sempre verdadeiramente criadoras e fertilizadoras do nosso processo histórico”.

Talvez, em última instância, a monotemática e a historiografia biográfica sejam frutos de uma mesma mentalidade, cujos representantes parecem convencidos de que não se deve investigar o passado para verificar crua-mente como ele foi, tecido de riquezas e misérias, de renúncias e ambições, de heroísmo e patifarias. E sim para louvar sem restrições esse passado, como se ao longo dos séculos tivéssemos sido sempre uma população composta só de heróis, de idealistas, de generosos, de santos. Os que assim pensam, regalam-se, ao mesmo tempo, com as figuras dos homens poderosos e dos ricos de cada época, como se a existência de tais figurões não implicasse o reconhecimento de um